

**ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE, REALIZADA EM 31 DO MÊS JULHO DE 2013.**

Aos 31 dias do mês de Julho de dois mil e treze, conforme convocação expedida pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, no Hotel Rainha do Brasil, Rua Isaac Ferreira Encarnação, 501 – Jd. Paraíba – no município de Aparecida. Estavam presentes os Conselheiros: Ildelfonso Mendes Neto, Antonio Marcio de Siqueira, Altemar Machado Mendes Ribeiro, José Fernando Bruno, Jorge Ricardo Baruki Samahá, Ernandes Franco da Silveira, Antonio Luiz Colucci, Maurício Burizik Calil, Mauricio Humberto Fornari Moromizato, Frederico Guidoni Scaranello, Valter Lúcio Corbani, Cap. Araújo Monteiro, José Galvão da Rocha, José Antonio Fernandes, José Milton de Magalhães Serafim, Ailton Barbosa Figueira, Cassio Roberto Armani, Edson de Souza Quintanilha, Benedito Carlos de Campos Silva, Alex Euzébio Torres, Marco Antonio Chagas da Silva, Daniela de Cassia Santos, Francisco Carlos Moreira dos Santos, Benito Carlos Thomaz, Jonas Polydoro, Ana Maria de Gouvea, Luiz Gustavo Rodrigues de Souza, Evandro Luiz Losacco, Gicele de Paiva Giudice, Fabiano Vanone, Vanilson Fickert, Natalia Fernanda Lucas de Almeida, Ana Bela Costa Torino, Roberto Alves dos Santos, Clodomiro Correia de Toledo Junior, Benedito Manoel de Moraes, Marcos Rodrigues Penido, Ana Karin Dias de Almeida Andrade, Alberto Macedo, Carlos Jose de Almeida, Victor de Cássio Miranda, , a fim de tratarem dos assuntos constantes da Ordem do Dia. Registraram-se as ausências dos conselheiros das: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Secretaria Estadual da Fazenda, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual de Logística e Transportes; Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos; Prefeituras Municipais de Bananal, Canas, Caraguatatuba, Igaratá, Lavrinhas, Santa Branca, Silveiras, Taubaté, Tremembé. O Sr. Jamil Scatena representou os conselheiros da Secretaria Estadual da Cultura ; o deputado Hélio Nishimoto foi representado pelo Sr. Paulo Fenille ; Sra. Kátia Maria Amaral Pontes representou os conselheiros da Prefeitura de Cachoeira Paulista ; Sr. Messias Natal de Lorana representou os conselheiros da Prefeitura de Cunha. Assinaram também o Livro de Presenças: Sr. Marcos Camargo Campagnone, Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano; Sr. Luiz José Pedretti, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte; José Celso Bueno, responsável pelo escritório da Emplasa em São José dos Campos. Dando início aos trabalhos o Prefeito de Aparecida do Norte, Sr. Antonio Márcio Siqueira, sauda as autoridades presentes, dando boas vindas ao Santuário Nacional de Aparecida. Referiu-se

com orgulho à visita do Papa em Aparecida, agradecendo especialmente ao apoio recebido do Governador Geraldo Alckmin e Comando da Polícia Militar. Em seguida, foi passada a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Metropolitano, Sr. Edmur Mesquita, que após saudações, destaca a importância da palestra que será apresentada pelo presidente da Desenvolve São Paulo, Sr. Milton Luis de Melo Santos, sobre os aspectos da criação do Fundo Metropolitano. Colocou em votação a aprovação da ata da última reunião ordinária do Conselho, realizada em 24 de maio de 2013, que sem nenhuma objeção, foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Passou ao segundo item da pauta, aprovação do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento, que também foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se ao terceiro item da pauta; apresentação do Sr. Milton Luis de Melo Santos, presidente da Agencia Desenvolve São Paulo, sobre as características e funcionamento do Fundo de Desenvolvimento da RM Vale. Faz uma apresentação do papel da Desenvolve São Paulo - que é a nova instituição financeira do governo do estado de São Paulo. Fundada em março de 2009, após a realização da venda do controle societário do então Banco Nossa Caixa ao Banco do Brasil. Trata-se de uma instituição financeira e de desenvolvimento. A Agência de Desenvolvimento, opera como um Banco de Desenvolvimento, atuando de forma integrada com o governo do estado. Utiliza recursos próprios, da Finep - Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Federal, e do próprio BNDS. Opera por meio de parcerias, com órgãos de classe e entidades representativas. São os responsáveis pela administração dos fundos especiais de desenvolvimento e financiamento do estado de São Paulo (Fundo da Região Metropolitana do Vale do Paraíba). O público alvo são pessoas jurídicas, de direito privado, instaladas no estado de São Paulo, com faturamento anual acima de 370 mil reais, por ano. Além disso, trabalham com administração direta e indireta dos municípios paulistas, suas autarquias e fundações. Citou que alguns municípios já tomam financiamento com a Desenvolve São Paulo para implementar os seus projetos de desenvolvimento local. Financiam com recursos próprios bens de capital, máquinas e equipamentos. Atua no financiamento de projetos para implantação, expansão, modernização, e realocação de empreendimentos. É aqui onde efetivamente a atuação de uma entidade pública como a Desenvolve São Paulo pode ajudar, na geração de mais empregos, na geração de renda, nas regiões onde essas empresas atuam. Essas são as linhas básicas do setor privado. Para o setor público, ou seja, municípios do estado, possuem linhas de financiamento com taxas de juros e prazos especiais. Citou opções dessas linhas de crédito como: **Economia Verde** - voltada para financiar projetos sustentáveis, que proporcionem redução na emissão de CO2, e reduzam o impacto

ambiental nas atividades da administração direta - financiar reformas e adequações dos prédios públicos para eficiência energética e de uso de água, redução da emissão de gases da frota pública, ciclovias, aproveitamento energético de resíduos, sistema de tratamento de esgoto, instalação central de triagem e usina de reciclagem, arborização urbana, recuperação de áreas de prevenção permanente. Com taxa de 0,49% ao mês, e o prazo é de até 72 meses; financiam até 100% do projeto. **Linha Arena Multiuso** - com o objetivo de financiar investimentos destinados à construção, reforma ou modernização de arenas multiuso para eventos esportivos, econômicos, expositivos, e de convivências sociais e culturais. **Linha Distrito Industrial** - criada para financiar investimentos destinados à adequação ou construção de distritos industriais, compreendendo-se a estrutura básica para a instalação de parques industriais. Com taxa de juros é de 0,64% ao mês, prazo de 72 meses. **Linha Distribuição e Abastecimento**, também está voltada para apoiar aqueles municípios que tem como vocação a construção ou adequação de centros agropecuários de distribuição e abastecimento, desde a infraestrutura básica até o acabamento. Essa linha também tem uma taxa de juros de 0,64% ao mês, prazo de 72 meses, com financiamento 100% de todo o projeto. **Acessibilidade Urbana** - criada recentemente pelo Governador Geraldo Alckmin, tem como objetivo financiar projetos que contemplem itens de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, como a construção, reformas, adequação e acabamentos de prédios, vias e espaços públicos, aquisição de máquinas e equipamentos. Esta linha possui uma condição excepcional, a taxa de juros dela é zero, ou seja, o município não paga taxa de juros nessa operação; só paga a atualização do principal, atualização dada pelo Índice de Preços ao Consumidor, IPC. O valor máximo para financiamento, nessa linha, são dois milhões para cada município. Linha de Iluminação Pública, criada em parceria com a Secretaria de Energia, visa financiar projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação de sistema de iluminação pública. Uma das linhas de crédito com mais demandas é a **Via SP**, que financia projetos destinados à execução de obras de pavimentação urbana, recape, ou pavimentação de vicinais; é uma linha com taxa de 0,64% ao mês, prazo de 72 meses, e financiamento também 100%. **Linha investimento esportivo 2014**, com valor máximo de 10 milhões por município e projetos até abril do ano que vem, objetiva financiar a construção, reforma ou ampliação de centros esportivos públicos, desde que proporcione a melhoria de infraestrutura para a recepção de turistas e eventuais seleções durante a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014. Tem uma taxa de juros bastante subsidiada, de 0,17% ao mês, prazo de 72 meses. Citou o repasse de recursos através das linhas do **BNDS Provias** que financia a aquisição de máquinas e equipamentos utilizados exclusivamente

para execução de obras públicas de infraestrutura asfáltica, com taxa de 0,33% ao mês, prazo de 54 meses e **BNDS Temati** que financia projetos de modernização da administração municipal, para o aumento da eficiência na administração pública e melhoria dos gastos, com taxa de 0,36% ao mês, e prazo de até 96 meses. Para obter maiores informações à respeito dessas linhas de financiamento solicita aos presentes entrarem em contato com a Desenvolve São Paulo, ou acessarem o site da [www.desenvolvesp.com.br](http://www.desenvolvesp.com.br). Com quatro anos de atuação a Desenvolve supera a casa de 1 bilhão de reais já em operações, tanto para empresas privadas quanto para município. Esses desembolsos estão distribuídos da seguinte forma : 61% em projetos associados à indústria de bens de capital aqui do estado de São Paulo, tanto para financiar a produção de máquinas e equipamentos quanto para a aquisição desses equipamentos; 18,5%, estão locados em projetos associados a prestação de serviços, 12,7% que é governo, no caso aqui, municípios. Esses 12,7% representam R\$131.600.000,00 desembolsados até junho de 2013 para 37 cidades no estado de São Paulo. Comércio, com 7,13%, e o agronegócio com 0,5%. Atendendo a dispositivo da lei de responsabilidade fiscal, enfatizou que os recursos financiados e empréstimos necessitam de aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em Brasília, que se manifesta dizendo se o município tem ou não capacidade de pagamento daquela dívida, que pretende contrair, com a Desenvolve São Paulo. A garantia dessa operação realizada é através do ICMS ou a cota do fundo de participação. É preciso que o município também obtenha a autorização da sua câmara de vereadores, para que, através de uma lei, possa ser garantido à Desenvolve SP o ICMS ou as cotas do FPM. O Banco do Brasil é o agente que intermedia essa operação, uma vez que os recursos do fundo de participação ou do ICMS, transitam pelo Banco do Brasil. Citando a legislação vigente informa que a Desenvolve SP é a responsável pela gestão dos fundos de desenvolvimento e que coube a ela a elaboração do regimento interno do conselho de orientação do fundo. Irá operar com recursos em nível de orçamento do estado, bem como, do orçamento dos municípios que integram a região do Vale do Paraíba. O regimento interno de orientação, trata da parte funcional do Conselho de Orientação do Fundo Vale. Será composto por seis membros, quatro indicados pelo conselho e dois indicados pela Secretaria Executiva, que atualmente é desenvolvida pela Emplasa. Os recursos serão aplicados, em projetos que serão definidos pelo Conselho de Desenvolvimento, num âmbito maior, e depois, tecnicamente discutidos pelo Conselho de Orientação do Fundo – que tratará especificamente, das operações chamadas reembolsáveis, ou seja, os financiamentos, e das operações de natureza não reembolsáveis, aquelas operações cujos recursos, são a fundo perdido (sem retorno). A

Desenvolve São Paulo, segundo o decreto, é o agente administrador, gestor do Fundo Vale. Caberá a Desenvolve São Paulo fazer a gestão desse fundo, inclusive, a contratação, a cobrança dessas operações; definição, junto com o conselho, das taxas que serão cobradas, das garantias que serão exigidas daqueles que irão tomar os recursos do Fundo Vale. Foi entregue uma minuta do Regimento Interno do Conselho de Orientação do Fundo Vale para apreciação e posterior aprovação. Conclui sua apresentação e coloca-se a disposição para eventuais esclarecimentos. Toma a palavra o presidente do Conselho, Sr. Ildfonso Mendes que parabeniza o Sr. Milton Luis por sua explanação. Não havendo nenhum questionamento passou-se ao próximo item da pauta : **indicação de seis representantes do Conselho de Orientação do Fundo de Desenvolvimento da RMVale**, observando que dois membros serão indicados pela Secretaria Executiva do Conselho, até que se crie a Agência, e quatro membros indicados pelo Conselho de Desenvolvimento. A Secretaria Executiva indicou o Sr. José Celso Bueno e Cynthia Gonçalo, os prefeitos previamente indicados ou que se colocaram a disposição foram o Sr. Clodomiro Correia de Toledo Júnior, prefeito de Santo Antônio do Pinhal e o Sr. José Milton de Magalhães Serafim, prefeito de São José do Barreiro. Os outros dois membros serão indicados pelo governo de São Paulo. O Secretário Edmur Mesquita tem a palavra e reforça que o Conselho de Orientação terá um trabalho com características técnicas. Retomando a palavra o Sr. Ildfonso Mendes Neto comunica que o Sr. Luiz José Pedretti fará a apresentação dos resultados do projeto “Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico de Municípios da RM Vale : Artesanato, Turismo e Agropecuária”. O Sr. Luiz José Pedretti, vice-presidente da Emplasa, sauda as autoridades presentes e passa a informar que na primeira reunião realizada no Vale, foi criada a Câmara Temática para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico da região metropolitana. A criação dessa câmara temática veio ao encontro de uma solicitação do Governador Geraldo Alckmin, para a promoção de estudos, objetivando o desenvolvimento dos municípios com uma economia menos favorecida da região do Vale do Paraíba. Neste projeto, após uma análise bastante criteriosa, foram escolhidos 21 municípios, onde identificou-se o potencial econômico com base nas vocações regionais, cadeias produtivas, para com o apoio da comunidade envolvida e prefeitos, traçar as linhas para escolher os projetos para promover esse desenvolvimento nesses municípios. Esses projetos tem como objetivo a geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais, a retenção. Foram realizadas pesquisas de campo, cinco oficinas com a participação de especialistas, da sociedade, do poder público e decidiu-se, então, por três projetos. Na área da agropecuária - “A Melhoria da Cadeia Produtiva do Leite”; na área do turismo - “Conhecendo o Vale do Paraíba” e na

área do artesanato a “Feira Regional de Arte e Cultura do Vale do Paraíba”. O termo de referência dos projetos já foram elaborados e serão apresentados na próxima reunião do Conselho. O Dr. Edmur entregou essas propostas ao governador do estado. Espera-se a liberação dos recursos financeiros para que no segundo semestre possam ser iniciados. O Sr. Pedretti sugere ao Secretário Edmur Mesquita que na próxima reunião seja feita uma apresentação das características desses três projetos e distribuição desse material ilustrativo que acompanha o termo de referência elaborado. Foi abordada a questão de uma logomarca para a RMVale, que crie essa identidade na região metropolitana, inclusive em ofícios, envelopes, enfim, toda a documentação da região metropolitana. Foram apresentadas cinco sugestões e escolhida a logo que passará a ser usada. Dr. Edmur Mesquita retoma a palavra, passando ao item 6.2 da pauta, que trata da reforma e utilização do prédio da antiga tecelagem por organismos e instituições do estado, localizado em SJCampos. Citou decreto que indica uma concentração de esforços, das diversas unidades de representação do Governo do Estado, para que haja a concentração dessas unidades dentro de um único imóvel; o que significa economia de gasto público e facilidade de acesso para a população da região. Citou o espaço, que pertenceu à família do Senador Severo Gomes, e que hoje pertence ao Estado e que poderá ser destinado a abrigar diversas unidades. Comunicou que o Sr. José Celso ficou encarregado de fazer o levantamento de todas as unidades do Estado de São Paulo nessa região, para que em posse desse diagnóstico levar ao Governo do Estado para decisões. Passou ao próximo item da pauta à respeito do Gabinete de Gestão Estratégica e Segurança Pública - Gamesp. Lembra a assinatura da resolução conjunta, entre a Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano que instala o Gamesp da região. Foram liberados 500 mil reais para que a Emplasa elabore o projeto de integração desta política de segurança pública que será desenvolvida nesta região. A Emplasa desenvolverá projeto de videomonitoramento, sendo prevista sua apresentação ao conselho em dezembro. Na sequência tratou do último item da pauta, a respeito da tarifa do DDD. Relata a reunião ocorrida em Brasília, com o Presidente da Anatel, o presidente do CDRMVPLN, Ildefonso, representando os prefeitos desta região, com o presidente do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Piracicaba, Prefeito Gabriel, e também com a participação do Presidente do Conselho da Aglomeração Urbana de Jundiaí. Entregou cópia desse ofício a todos os participantes da reunião, que destaca, do ponto de vista jurídico, o princípio da isonomia. Salientou que as regiões metropolitanas da Baixada Santista e Campinas já consagraram o direito de não pagarem tarifa interurbana. Levando em consideração um preceito constitucional desse princípio de isonomia, entende

que esse benefício se estenderá aos solicitantes. Informa ainda, que a Anatel está realizando uma revisão de todo o recorte, no país inteiro, de suas regiões; fará esse encaminhamento junto a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano e a própria Emplasa. Na sequência a Anatel deverá realizar audiências públicas pela necessidade de mudanças de cláusulas contratuais com suas concessionárias. Após esses esclarecimentos o Presidente do Conselho, Sr. Ildelfonso abre a palavra aos demais membros do conselho para considerações. A prefeita de Piquete, Sra Ana Maria Gouveia tem a palavra e cumprimenta todos os presentes. Diz do seu encantamento no planejamento e na criação de unidades metropolitanas. Pensa que essas unidades devam ser homogêneas. Relembrou da luta para a criação dessa região e coloca alguns pontos para reflexão. Espera mais do que um conselho restrito e deseja uma atuação mais ampla e que o planejamento dessa região metropolitana, fosse entendida como um planejamento integrado. Acredita que o planejamento de áreas do estado deveriam também estar atrelados a região metropolitana. Criticou a falta de discussão na questão da extinção e descentralização da agência ambiental da Cetesb, de Aparecida do Norte para São José dos Campos. Não vê sentido se as prioridades do Vale do Paraíba não forem discutidas na região metropolitana. Todas as questões que causam um impacto nesta região terão que ser discutidas aqui. - *‘Se nós queremos uma região metropolitana forte, nós temos, pela nossa representação da população do Vale do Paraíba, que só aqui, aqui na região do Vale do Rio, são 2,2 milhões de habitantes, a gente tem que ter pressão para dizer o que importa para nós, e quem tem que dizer o que é bom para nós somos nós; nós é que representamos essa população.’* Dr. Edmur Mesquita tem a palavra e faz considerações em razão do que foi apresentado pela Prefeitura de Piquete. O papel do Conselho de Desenvolvimento, Estado e municípios, é justamente esse, de definir o que é prioritário. Acredita que passos importantes foram dados, desde a aprovação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, até o ato de instalação do Governador Geraldo Alckmin, a primeira reunião de instalação e as reuniões que foram realizadas ao longo desse período. Uma meta importante é priorizar as ações voltadas para diminuição das desigualdades sociais nesta região. Cita, ainda, na área de segurança pública a criação do Gamesp ; a criação do Fundo Metropolitano e a abertura do escritório regional, que funciona como agência. A tarefa é definição clara das prioridades, definição clara das metas, e, sobretudo criar uma agenda que seja positiva para a região, trazendo as pessoas responsáveis pelos organismos para apresentarem respostas as demandas solicitadas. *‘Precisamos fazer o debate do ponto de vista da priorização dessas metas; afinal de contas, o que é prioritário para esta região. Então, penso que esse processo de definição*

*não depende de quem está lá fora, depende muito mais de nós, que integramos esse conselho, e que tem, portanto, esse papel, de pensar esta região no que diz respeito a seu processo de crescimento, a seu processo de desenvolvimento, dentro de uma visão estratégica, de médio e de longo prazos, e definindo com clareza, portanto, as suas prioridades. Então, nós certamente cumprimos com a nossa responsabilidade, na medida em que a gente claramente identifique essas prioridades.’* O prefeito de Aparecida, Antonio Marcio de Siqueira, tem a palavra e endossa o que disse a prefeita de Piquete, na questão da Cetesb e DAEE. Disse estar extremamente aborrecido por nenhum dos prefeitos terem sido consultados e que foi uma decisão de cima para baixo. *‘Na medida em que se cria uma região metropolitana para descentralizar ações, quando se extingue um escritório da Cetesb na nossa cidade, está se tomando uma direção contrária. Então, não é porque a Cetesb estivesse aqui no município de Aparecida, tanto quanto estava o DAEE, que estou falando isso; e nem tão pouco para defender os interesses dos funcionários que aqui trabalhavam. Apenas pelo serviço que a Cetesb e o DAEE prestava aqui para a nossa sub-região. Isso foi profundamente entristecedor.’* Acredita que tenha sido uma decisão equivocada do Estado, que não causou nenhum tipo de economia. Lamenta que algumas propostas e interesses defendidos por sua sub-região ainda não tenham sido atendidos como : - proposta de um hospital para a sub-região de Guaratinguetá; falta de investimentos e dificuldades encontradas junto à CCR Nova Dutra, onde citou um problema de enchentes em um bairro na entrada de Aparecida, de responsabilidade da CCR e que foi sanado graças a obras realizadas pela prefeitura. O Presidente do Conselho, Prefeito de São Bento do Sapucaí, Sr. Ildefonso Mendes Neto cumprimenta a prefeita de Piquete pelas colocações. Considera que o Codivap é um fórum onde também possam ser levadas essas questões. Entende que alguns procedimentos são exclusivamente de iniciativa do Governador, outros são da Presidência da República e como são os nossos nas prefeituras das nossas cidades. Informa que a próxima reunião será realizada em Ilha Bela. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho encerrou seu pronunciamento e os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata.